

Escola Superior de Tecnologia de Faro:

Engenharia Alimentar .....	1
Engenharia Civil .....	3
Engenharia Eléctrica e Electrónica .....	10
Engenharia Mecânica .....	10

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão):

Gestão Hoteleira .....	10
Turismo .....	10

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Portaria n.º 981/99

de 30 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 401/98, de 17 de Dezembro, veio completar o sistema de preços previstos para as instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente possibilitando que a responsabilidade pelos encargos relativos a prestações de saúde seja transferida para outras entidades, públicas ou privadas, mediante uma comparticipação financeira a estabelecer através de protocolos a celebrar com o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde.

Torna-se agora necessário regular as condições de celebração daqueles protocolos, bem como fixar os montantes da referida comparticipação.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 25.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 401/98, de 17 de Dezembro:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, o seguinte:

1.º Os protocolos a que se refere o n.º 6 do artigo 25.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde são negociados pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde e homologados pelo membro do Governo competente.

2.º Os protocolos devem regular:

- O objecto;
- O âmbito pessoal;
- A identificação dos beneficiários;
- As condições de atribuição e de pagamento da comparticipação;
- O período de vigência.

3.º A atribuição da comparticipação pela transferência dos encargos com as prestações de saúde fica dependente da prévia emissão do cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde.

4.º A emissão do cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde deverá ser assegurada pelos serviços competentes, no prazo máximo de 90 dias após o pedido de inscrição dos beneficiários.

5.º O montante da comparticipação nos anos de 1999 e de 2000 é de 29 000\$ por beneficiário inscrito, em pleno gozo dos seus direitos.

Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde, em 30 de Agosto de 1999.

### Portaria n.º 982/99

de 30 de Outubro

De acordo com o regime de comparticipação em vigor, os medicamentos neurolépticos e antidepressivos são comparticipados pelo escalão C.

Reconhece-se, no entanto, a existência de quadros clínicos que aconselham e justificam que aqueles medicamentos sejam comparticipados por escalão diferente. É o caso de situações crónicas, quer dos grupos das psicoses, quer das depressões que originam, respectivamente, incapacidades psicossociais ou deterioração mental irreversível e evoluções recidivantes, determinando a avaliação clínica regular por médico especialista a par de eventual inserção em programas de reabilitação ou respostas específicas de apoio. São disso exemplos mais gritantes as perturbações esquizofrénicas, delirantes crónicas, demenciais e do humor, quer bipolares, quer unipolares.

Havendo, portanto, que enquadrar devidamente o nível de comparticipação dos medicamentos neurolépticos e antidepressivos, a Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, ao aprovar o Orçamento do Estado para 1999, previu nas alíneas do n.º 42 do seu artigo 6.º a disponibilização de verbas para o efeito.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, o seguinte:

1.º O escalão A do anexo I da Portaria n.º 743/93, de 16 de Agosto, com a redacção dada pela Portaria n.º 706/95, de 3 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Escalão A

Antidiabéticos orais e injectáveis (IX-4).  
Antiepilépticos (II-5).  
Antiglaucomatosos sistémicos e tópicos (do XVI-4).  
Anti-hemofílicos (a).  
Antiparkinsonianos (II-4).  
Antineoplásicos (a) e imunomoduladores (XVII).  
Tuberculostáticos e antilepróticos (IX-5) (a).  
Hormonas hipofisárias, do crescimento (b) e antidiuréticas (IX-1).

Medicamentos específicos para hemodiálise.  
Medicamentos para tratamento de fibrose quística (c).  
Neurolépticos simples para administração oral e intramuscular (II-10) (d).»

2.º O escalão B do anexo I da Portaria n.º 743/93, de 16 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Escalão B

Anovulatórios.  
Antiarrítmicos (IV-2).  
Antiasmáticos simples (IVI-2).  
Anticoagulantes e fibrinolíticos (V-2).  
Anti-hipertensores (IV-4).  
Antimaláricos (I-6).  
Anti-reumáticos simples de acção sistémica (X).  
Antiulcerosos (do VII-2 e do VII-5).  
Cardiotónicos (IV-1).  
Diuréticos (VIII-1).  
Etiotropos de acção sistémica (I-3, I-4, I-8, I-11 e do VIII-2).  
Hormonas da tiróide e antitiroideus (IX-3).  
Vasodilatadores coronários (do IV-5).  
Antidepressivos simples para administração oral e intramuscular (II-9) (e).»

3.º O grupo II do escalão C do anexo I da Portaria n.º 743/93, de 16 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

**«Grupo II — Sistema nervoso cérebro-espinhal**

Relaxantes musculares (II-3).  
 Antieméticos e antivertiginosos (II-6).  
 Analépticos (II-7).  
 Sedativos, hipnóticos e tranquilizantes (II).  
 Psicotónicos (II-9).  
 Outros antidepressivos (II-9).  
 Outros neurolépticos (II-10) e psicopressores (II-8-b).  
 Analgésicos e antipiréticos simples (II-11).  
 Analgésicos estupefacientes (II-12).  
 Outros medicamentos do SNC (II-13), à excepção dos considerados antiasténicos e ou tónicos.»

4.º O n.º 2.º da Portaria n.º 743/93, de 16 de Agosto, na redacção dada pela Portaria n.º 706/95, de 3 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

«2.º As anotações (a), (b), (c), (d) e (e) aditadas aos subgrupos mencionados no anexo I, e a aditar, por despacho, a outros medicamentos, sempre que necessário, significam:

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) Medicamentos comparticipados pelo escalão A quando prescritos por médicos psiquiatras ou neurologistas, desde que o médico confirme por escrito, na receita, que se trata de um doente abrangido pela presente portaria. Fora destes casos o medicamento é comparticipado pelo escalão C;
- e) Medicamentos comparticipados pelo escalão B quando prescritos por médicos psiquiatras ou neurologistas, desde que o médico confirme por escrito, na receita, que se trata de um doente abrangido pela presente portaria. Fora destes casos o medicamento é comparticipado pelo escalão C.»

Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde, em 20 de Setembro de 1999.

## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Presidência do Governo

### Decreto Regulamentar Regional n.º 14/99/M

Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 2-A/97/M, de 29 de Janeiro (aprova a orgânica da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação e do Gabinete do Secretário Regional do Plano e da Coordenação e serviços de apoio).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, verificou-se a necessidade premente de se proceder à reorganização da orgânica da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação e do Gabinete

do Secretário Regional do Plano e da Coordenação e serviços de apoio, mais concretamente no que toca à reorganização da área administrativa.

Deste modo, importa dar execução ao estatuído nos diplomas acima referidos, procedendo-se à alteração daquela orgânica.

Assim:

Nos termos dos artigos 227.º, alínea d), e 231.º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa, do artigo 69.º, alíneas c) e d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, revisto pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, e do Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/M, de 26 de Agosto, o Governo Regional da Madeira decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

A estrutura orgânica da Secretaria Regional do Plano e da Coordenação e do Gabinete do Secretário Regional do Plano e da Coordenação e serviços de apoio, publicada em anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 2-A/97/M, de 29 de Janeiro, é alterada nos termos dos artigos seguintes.

### Artigo 2.º

Os artigos 3.º, 4.º, 17.º, 18.º, 29.º, 32.º e 33.º passam a ter as seguintes redacções:

### «Artigo 3.º

#### Competências

- 1 — .....
- a) .....
- b) Contribuir para a definição da política de participações financeiras e assegurar o controlo e gestão das participações sociais;
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) .....
- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....

- 2 — .....

### Artigo 4.º

#### Estrutura geral

A SRP compreende os seguintes órgãos e serviços:

- 1) .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....